

Congresso do Andes-SN define plano de lutas

Mais de 450 pessoas, de 71 seções sindicais, estiveram presentes ao 33º Congresso do Andes-SN, realizado entre os dias 10 a 15 de fevereiro, em São Luiz, no Maranhão. Os professores participaram de deliberações que fortalecem o movimento docente, entre elas os Planos de lutas dos setores e a agenda de mobilização para 2014 e reafirmaram a intensificação da luta em defesa da Educação. Além disso, foi confirmada a inscrição de uma chapa para concorrer às eleições do próximo biênio.

Na avaliação da Secretária Geral da Adufes, Cenira Andrade de Oliveira, a grande participação dos docentes, demonstra que a categoria está atenta aos rumos da educação no país. “O 33º Congresso do Andes-SN acontece num contexto marcado pela

repressão aos movimentos sociais e sindicais, pela intensificação e a retirada de direitos dos trabalhadores, por parte do governo, sendo priorizada a realização de megaventos”, afirmou Cenira.

Planos de lutas dos setores e a agenda de mobilização para 2014. Os delegados do Congresso do Andes-SN aprovaram os planos de lutas específicos para os três setores do Sindicato Nacional: Federal (Ifes), Estadual/Municipal (Iees/Imes) e Particular (Ipes). No caso da Adufes que faz parte do Setor das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), os delegados deliberaram combinar a luta específica da categoria com a mobilização conjunta dos demais servidores públicos, chancelando os Eixos da campanha unificada de 2014.



Na mesa da Plenária de Políticas Sociais, estavam a Secretária Geral da Adufes, Cenira Andrade de Oliveira e o Vice-presidente do Andes-SN, Luiz Henrique Schuch.

O plano específico do setor destaca, na pauta de reivindicação, a luta pela reestruturação da carreira docente, salário e condições de trabalho, e traz uma agenda propondo um grande chamamento de mobilização da categoria, para o protocolo da pauta nas instâncias do governo, duas rodadas de assembleias gerais, um dia nacional de paralisação em 19 de março e reunião nacional do setor das Ifes. O plano também esta pautando a retomada da greve dos docentes, suspensa em 2012, a greve unificada e a definição das estratégias de luta e negociação. Além disso, os docentes pautaram a antecipação para 2014 da parcela de reajustes de 2015.

2014: ano de luta em defesa da Educação. O 33º Congresso reafirmou o seu compromisso de luta pela educação pública e gratuita ao aprovar a intensificação de ações que denunciam o descaso do governo em relação à política educacional. Nesse sentido, os professores reafirmam o seu compromisso de construção do Encontro Nacional de Educação em conjunto com sindicatos, entidades estudantis e movimentos sociais. É imprescindível, alerta o documento final do 33º Congresso, a continuidade da luta contra os Projetos de Lei que atacam o preceito constitucional de educação como direito de todos e dever do Estado.



Delegados da Adufes no 33º Congresso do Andes-SN.

Eleição do Andes-SN para o próximo biênio será em maio

A inscrição de chapa para participar do processo eleitoral da nova diretoria do Andes-SN, gestão 2014/2016, foi confirmada no 33º Congresso da categoria.

A chapa “ANDES-SN de luta e pela

base” tem como candidatos o presidente, Paulo Rizzo, da Seção Sindical da UFSC, secretária-geral, Claudia March, da Aduff Seção Sindical, e tesoureiro, Amauri Fragoso, da Adufcg Seção Sindical. Os demais nomes

que compõem a chapa serão apresentados posteriormente.

As eleições da única chapa que vai participar do processo eleitoral devem ocorrer, por votação direta em todo o Brasil, nos dias 13 e 14 de maio.

Andes-SN reafirma a posição contrária à adesão ao Funpresp

“As inseguranças sobre o Fundo, a retirada de direitos dos trabalhadores e a posição do governo em transferir a responsabilidade da Previdência Social para uma entidade privada”, são preocupações destacadas pelo encarregado de Assuntos de Aposentadoria do Andes-SN, Almir Menezes Filho, em entrevista ao Fique por Dentro.



Almir Menezes Filho, destaca a posição do governo em querer obrigar adesão ao Funpresp

Quais as principais mudanças do regime de previdência integral para o regime de previdência complementar (Funpresp-Exe)?

A mudança na política de Seguridade e Previdência Social começou no governo Fernando Henrique, quando a aposentadoria passa ser calculada em relação ao último salário recebido. No entanto, com Emenda Constitucional nº 41-2003, aprovada no governo Lula, o trabalhador perde a integralidade e passa a receber a sua aposentadoria pela média dos últimos 80 salários.

Para o funcionário público federal, foi criado o FUNPRESP no dia 30 de abril de 2012 e posta em prática em 1º de março de 2013. Desde então, os trabalhadores estão sendo pressionados para aderirem ao novo sistema. Ao aderir pela Previdência Complementar, perde-se a integralidade no ato da aposentadoria e a decisão é irrevogável.

A carreira docente foi a que mais teve recém-ingres-

sos no serviço público federal desde a oficialização do Funpresp-Exe. No entanto, porque ela apresenta o menor percentual de adesão, com média de 7%?

A campanha protagonizada pelo Andes-SN, contribuiu para que o percentual de professores que optaram pela Fundação seja o menor de todas as outras carreiras do serviço público federal. Foram produzidos materiais, como a cartilha e panfleto, que demonstraram a posição contrária do Sindicato Nacional em relação ao Funpresp, devido ao seu caráter de desresponsabilização do Estado, e explica aos docentes alguns dos riscos da adesão.

E neste ano, como o Andes-SN pretende intensificar a campanha contra a adesão ao Funpresp-Exe?

Em 2014, o Andes-SN dará continuidade à *Campanha Diga Não ao Funpresp-Exe*, com a ampliação da divulgação da cartilha que alerta sobre os riscos da opção pelo Fundo, além de intensificar a articulação com demais entidades representantes dos servidores públicos federais.

Os professores que já eram servidores públicos e que ingressaram na carreira como professores federais após 30 de abril de 2012, terão o tempo de serviço somando para fins de aposentadoria? Qual é a orientação do Andes-SN?

O Ministério de Planejamento e Orçamento e Gestão (MPOG) afirma que o tempo

de serviço deste servidor não será acumulado para efeitos de aposentadoria. No entanto, a Assessoria Jurídica do Andes-SN, entende que o servidor que já fazia parte do serviço público federal, estadual, distrital ou municipal antes de abril de 2013, desde que sem qualquer quebra de continuidade do vínculo, não estará sujeito à limitação do seu benefício de aposentadoria ao teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Orientar também aos novos professores que estejam nesta situação para não aderir ao Funpresp e procure a seção sindical da sua Universidade.

Os novos professores serão obrigados a aderir?

Não, a lei não pode obrigar a adesão. O Funpresp-Exe não é uma boa saída para os trabalhadores. Caso a fundo venha a enfrentar dificuldades, algum dia, o Estado brasileiro não está obrigado a assumi-lo.

Durante 2013, a Cartilha Funpresp foi distribuída para todos associados da Adufes.

Delegados aprovam fortalecimento da luta

Durante o 33º Congresso do Andes-SN, também foi aprovada a consolidação da participação do Sindicato Nacional na CSP-Conlutas. O objetivo é fortalecer a Central Popular como polo aglutinador das lutas, na construção da unidade de ação com todos os segmentos que defendem os direitos dos trabalhadores.

A tarefa histórica da reorganização da classe trabalhadora foi evidenciada, sendo a intensificação das ações do Andes-SN, em conjunto com a CSP-Conlutas, definida como uma das principais estratégias de mobilização da categoria. Para o tesoureiro geral da Adufes, André Michelato Ghizelini, essa articulação proporcionará um movimento mais combativo. “Esse é o momento de reunir os distintos segmentos da classe trabalhadora em torno de um novo projeto de sociedade, forte e resistente as investidas das políticas do Governo Federal”,



Foto: Comunicação Adufes

Participação da base e fortalecimento da unidade marcam 33º Congresso do Andes-SN.

destacou André.

Desafios políticos organizativos. No âmbito do Sindicato o Congresso deliberou dar segmento, em 2014, ao debate relativo aos desafios políticos-organizativos do Andes-SN, priorizando o enraizamento do Sindicato em todos os locais de trabalho, como ferramenta de luta dos docentes. Para isso, estará

o sindicato estudando formas de ampliar o apoio aos enfrentamentos, mobilizações e greves onde quer que ocorram. Este debate culminará em um seminário nacional que será realizado no segundo semestre deste ano.

Revista e lançamento da Campanha de filiação. No evento, foi feito o lançamento da Revista Univer-

sidade nº 53, como tema “Dimensões da luta: vozes da rua e as reflexões da universidade”. Na ocasião, também foi apresentado um conjunto de peças que integram a última fase da campanha de sindicalização, bem como vídeo de chamamento “à luta pelos seus direitos” dirigido aos docentes organizados no Andes-SN.

Docentes aprovam o combate a política de criminalização aos movimentos sociais

Considerando as recentes orientações de caráter autoritário visando coibir a livre manifestação da população e a insatisfação popular, os docentes aprovaram no 33º congresso, a denúncia e o combate à Portaria Normativa do Ministério da Defesa, nº 3461, de 19/12/2013. A portaria retoma o regime de exceção no país e criminaliza os movimentos sociais. Os docentes deliberaram ainda por realizar ampla campanha, em conjunto com a CSP-Conlutas e movimentos sociais, pela derrubada do PL 499/13,

denunciando seu caráter repressivo e ditatorial numa clara ameaça às liberdades democráticas. Os delegados consideraram inaceitáveis medidas inspiradas em ditames políticos internacionais que reeditam orientações de cunho fascista e totalmente descabidas.

Novas Seções Sindicais. Os docentes homologaram a criação da Seção Sindical dos Docentes da Universidade de Taubaté (Sindunitau) e Seção Sindical dos Docentes da Universidade do Estado de Minas Gerais (Aduemg), unidade Ibirité (MG).



Foto: Comunicação Adufes

Andes-SN denuncia a política de criminalização e judicialização dos movimentos sociais.

Vale ressaltar que a homologação das novas Seções Sindicais é resultado do trabalho de articulação

política, que vem desenvolvendo a Regional Leste do Andes-SN (Minas Gerais e Espírito Santo).

CSP-Conlutas sai fortalecida do 33º Congresso do Andes-SN

Pressionar o governo Dilma Rousseff para obter melhorias econômicas e, especialmente, avanços nas carreiras são os desafios dos servidores públicos Federais em 2014, segundo o membro da CSP-Conlutas e servidor público federal, Paulo Barela.

Sobre o indicativo de greve nas entidades que compõem o Fórum dos Servidores Públicos Federais, de acordo com Barela, existem graus diferentes de mobilização para a paralisação. Ele cita o exemplo da Fasubra (servidores das universidades) que já tem data para início da greve - 17 de março -, enquanto outras categorias como a dos servidores da Justiça Federal, da Justiça do Trabalho, do Ministério Público da União, entre outras, apontam o início de abril para iniciar um movimento paredista.

Campanha Salarial. Barela lembrou que a campanha

salarial unificada dos servidores federais vem sendo construída desde o último bimestre do ano passado. O resultado dessa discussão escolheu que o mote desta campanha será "Saúde e Educação padrão Fifa". Ele explica que o "padrão Fifa" não tem a ver com práticas de corrupção, mas sim com a busca por investimentos elevados nestas áreas como os que foram feitos nas obras relacionadas à Copa do Mundo.

"O governo utiliza o orçamento para amortização da dívida pública e se nega a negociar com os servidores. Para termos força e pressionar o governo federal de forma estratégica, precisamos estar unificados", destacou Paulo Barela.

Pontos gerais. Dentre as bandeiras de luta do funcionalismo público federal, Paulo Barela cita a busca pela implementação de uma polí-

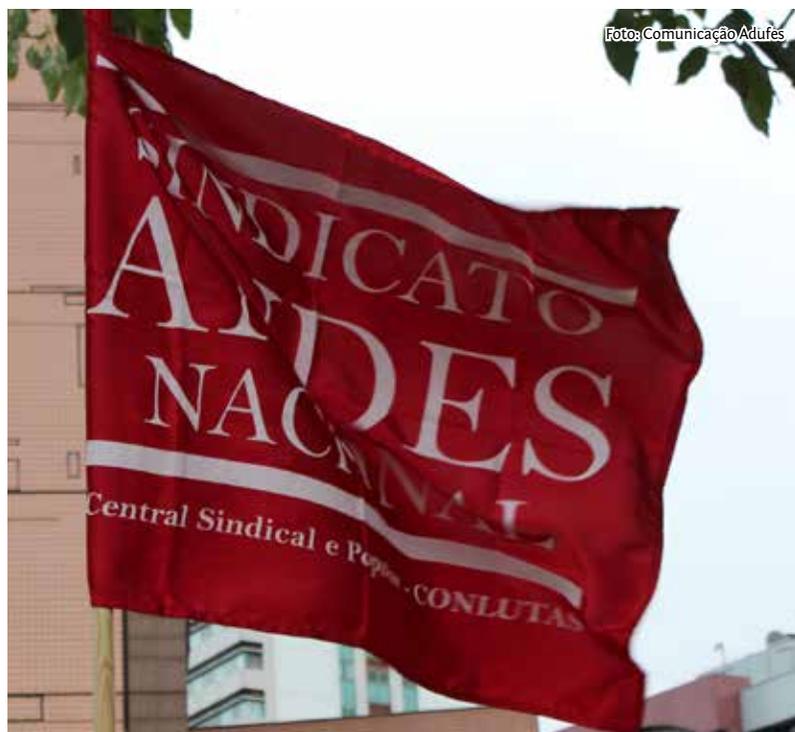


Foto: Comunicação Adufes

tica salarial, o que até hoje não aconteceu, com correção de perdas; defesa do serviço público e, ainda, posição contrária a qualquer tipo de reforma que signifique retirada de direitos e das ações de governo que signifiquem privatização no setor público,

como o Funpresp e a Ebserh, além de mais verbas para a educação e a saúde;

Barela destaca que é muito importante a união das diversas categorias do funcionalismo para conseguir arrancar do governo os pontos da pauta unificada.

Técnicos-administrativos entram em greve a partir de 17/03

A decisão foi aprovada por ampla maioria dos delegados presentes à Plenária Nacional Estatutária, realizada pela Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituição de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA), no mês de fevereiro de 2014, em Brasília. A greve será deflagrada no dia 17 de março.

Na Ufes, o Sintufes promete realizar atividades de mobilização em todos os campi, paralisando as atividades nas unidades.

De acordo com a categoria, as principais deman-



Foto: Fasubra

Delegados aprovam deflagração de greve na plenária da Fasubra.

das são o cumprimento do acordo de greve de 2012 (relacionadas à resolutividade dos grupos de trabalho); o posicionamento do Governo

quanto à pauta específica da categoria; o caos após a criação da EBSEH. Eles também reivindicam a garantia dos turnos contínuos (30 horas).

Segundo o Sintufes, o reposicionamento dos aposentados também é um dos pontos de reivindicação da greve.

*Com informações da Fasubra